

Diversidade no serviço público: um olhar sobre a RTP

Elsa Costa e Silva – Elsa.silva@ics.uminho.pt

Helena Sousa – helena@ics.uminho.pt

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade | Universidade do Minho

1. Introdução

A salvaguarda da diversidade nos média tem sido uma questão recorrente nas políticas de comunicação e no debate político internacional. Num cenário marcado pela concentração da propriedade dos meios de comunicação social e pela consolidação do poder de alguns actores no mercado mediático mundial, os riscos de uniformização e afunilamento de vozes e actores no espaço público têm levado académicos e políticos a alertar para a necessidade de preservar a diferença nos meios de comunicação social. Restringir a concentração dos média privados tem sido um dos caminhos defendidos no plano académico e também político, mas a existência de um serviço público de radiodifusão é igualmente apontado como um dos caminhos que possibilita a expressão dos direitos básicos de direito à informação e liberdade de pensamento.

E enquanto o plano político discute a relevância do serviço público no âmbito da defesa da democracia, outras esferas perspectivam também vantagens nesse caminho. No quadro das sociedades democráticas europeias, e tendo em conta a progressiva expansão do seu carácter multicultural, a existência de um serviço público de radiodifusão tem sido apresentada como uma das medidas necessárias também para assegurar a diversidade na programação e informação. A investigação académica tem demonstrado que, deixado a si próprio, o mercado não consegue assegurar condições de igualdade no acesso de todos ao espaço público (de Bens, 2007), gerando desta forma uma desigualdade de representação nos media e contribuindo mais facilmente para a uniformidade dos seus conteúdos (Renaud, 1993). Por outro lado, apesar de existir hoje mais actores e agentes no mercado, essa realidade não se traduziu num leque alargado de conteúdos plurais e de qualidade (Council of Europe, 2002).

A existência do serviço público é recorrentemente legitimada, mesmo pelo discurso público oficial de instituições como a União Europeia, pela sua relação directa com a salvaguarda do pluralismo nos media e com a satisfação das necessidades culturais e

sociais das sociedades. Uma argumentação que, segundo Raboy (1998), relaciona o serviço público de difusão com a questão da democracia, enfatizando a sua natureza sociocultural como serviço público e sublinhando o seu papel distintivo num sistema que seria, de outra forma, monofuncional.

Em Portugal, o questionamento da existência de um serviço público de televisão é tema de recorrente debate. Sobressaltos que não impediram que o preceito constitucional se consubstanciasse em textos legais – como a Lei da Televisão (Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho) e contratos de concessão do serviço público – destinados a incorporar a essência de uma filosofia de radiodifusão diversa da apresentada pelo mercado. É claro que a difusão, por si só, de um serviço público de televisão não responde aos anseios de uma programação que cumpra o princípio da diversidade, se este não estiver igualmente protegido por lei. A questão é então perceber que condições legais e regulamentares enquadram a salvaguarda deste princípio no serviço público português, tendo em conta, em primeiro lugar, o que é, de facto, diversidade.

2. Diversidade: caminhos conceptuais

Diversidade e pluralismo têm sido tratados na literatura e em diversos tratados legais e regulamentares, no plano nacional e internacional, como sinónimos e conceitos equivalentes (Hellman, 2001). Segundo McQuail e Van Cuilenburg (1983), diversidade deve ser perspectivada como “o grau em que diferem os media internamente de acordo com algumas características para as quais existe uma distribuição conhecida, ou conhecível, na sociedade”. Entre as diferentes características que podem ser avaliadas, a prioridade resulta dos valores da sociedade em causa e normalmente tem recaído sobre a pertença política, a distribuição geográfica, a confissão religiosa ou diferenças de etnia e linguagem. McQuail e Van Cuilenburg (1983) traçam ainda várias fronteiras na natureza da diversidade – abordagem teórica seguida em outros trabalhos posteriores de McQuail (1992), van Cuilenburg (2007), van der Wurff (2004), Hellman (2001) e Hillve e al. (1997).

Assim, a diversidade pode ser reflexiva, se os media reflectirem a sociedade em termos quantitativos, ou aberta, se der igual atenção a todas as tendências, grupos ou posições identificadas na sociedade (McQuail e van Cuilenburg, 1983). Pode ainda avaliar-se a diversidade como difusão (*diversity-as-sent*), entendida como a heterogeneidade dos tipos de programas que são disponibilizados pelos responsáveis televisivos, ou a diversidade como recepção (*diversity-as-received*), entendida como a heterogeneidade

de programas que as audiências realmente vêem (McQuail, 1992). Outra noção de diversidade diz respeito à escolha (diversity-as-choice) como sendo a quantidade absoluta de tipos diferentes de programas a partir dos quais podem os telespectadores escolher (van der Wurff, 2004).

Estas reflexões sobre a diversidade apontam para o carácter multidimensional da diversidade. Doyle acrescenta ainda que a diversidade (na sua semântica, expressa como pluralismo) pode ser entendida em termos de pluralismo externo (propriedade diversificada) e interno (diversidade de conteúdo), considerando que se pode falar de pluralismo político para sublinhar a “necessidade, no interesse da democracia, da representação nos media de um leque de opiniões políticas e pontos de vista” e de pluralismo cultural para referir “a necessidade de uma variedade de culturas, reflectindo a diversidade dentro da sociedade, encontrarem expressão nos media” (2002:12).

Ao conceptualizar o pluralismo nos media, La Porte e tal. (2007) defendem também que se devem ter em conta diferentes níveis da indústria de comunicação como o mercado, a produção, o género e o conteúdo. Assim, explicam, o pluralismo pode ser interno, quando um leque alargado de valores, opiniões, informações e interesses encontram um veículo de expressão dentro de uma única organização no sector dos media; ou externo, quando várias destas organizações expressam cada uma um ponto de vista particular”.

É claro que se olharmos apenas para a matéria da diversidade no serviço público de televisão, portanto dentro de um único meio, ganha sobretudo importância questão da diversidade interna. E neste domínio há vários indicadores que podem ser conceptualizados. Os trabalhos de Doyle (2002) e La Porte e al. (2007) dão importantes contribuições nessa matéria. A dependência da cadeia de produção de serviços independentes é importante quando se analisa a programação de uma dada estação televisiva. Importa analisar assim se, por exemplo, os programas transmitidos resultam de produtoras próprias ou adquiridos a outros fornecedores. Implica ainda analisar estes outros fornecedores: fazem parte de um grande grupo mediático que serve igualmente os outros meios de comunicação ou são produtores independentes? Um estudo de La Porte e al. (2007: 388) identificou em seis Estados-Membros da União Europeia “uma presença insignificante de produtores independentes no prime time” dos principais canais de televisão. O que pode levantar algumas preocupações, já que “quanto mais poderosos se tornam os fornecedores individuais, maior é a ameaça potencial para o pluralismo” (Doyle, 2002: 18), sendo que o caminho para assegurar uma diversidade

saudável de vozes é assegurar que o fornecimento aos media envolve um leque de organizações autónomas e independentes.

E não só na programação televisiva, mas também no sector informativo, onde há que introduzir em matéria de análise do pluralismo a averiguação da dependência dos jornais e serviços audiovisuais de informação face a poderosas fontes de informação, como são as agências noticiosas ou mesmo agências de comunicação. Em Portugal, houve já alguma discussão sobre a matéria e a Entidade Reguladora para a Comunicação Social entendeu que “a participação ou co-participação das agências de comunicação na produção noticiosa, mais precisamente o papel que desempenham na construção da agenda mediática, constitui (...) um dado incontornável nas sociedades democráticas” (ERC, 2007). Um estudo realizado pela ERC sobre esta matéria (a propósito da campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Lisboa em 2005) não concluiu sobre a existência da influência directa das agências de comunicação, mas realçou a quase invisibilidade mediática do trabalho dessas entidades e a consequente dificuldade de identificação de situações em que a sua influência possa ter condicionado a notícia publicada.

Partindo agora para análise do conteúdo e para a verificação da expressão das diferentes vozes, opiniões e sensibilidades que compõem uma sociedade, só uma monitorização sistemática da oferta (em termos de informação, entretenimento e programação) poderá dar conta da concretização do pluralismo. Esta monitorização deverá analisar não só a presença, mas igualmente o tratamento dado à diferença. Ou seja, importa igualmente saber se é a perspectiva, por exemplo, das minorias que é retratada e não a visão da maioria sobre os outros grupos. Por isso, não basta ter em atenção se, por exemplo, a informação aborda as diferentes confissões religiosas praticadas numa dada sociedade mas também se a voz que lhes é dada é a sua própria ou se foram transformadas em ventríloquos da confissão dominante (ver, por exemplo, Avraham, 2002 e 2007).

A natureza da intervenção é tão importante na análise como a existência, ou não, dessa mesma intervenção. Até porque o estudo de La Porte et al. demonstrou que entre os actores que falam sobre as minorias sociais ou culturais, os jornalistas são os principais veículos das suas reivindicações, sendo que as minorias não falam por si próprias. Por isso, as autoras defendem uma “avaliação mais completa do pluralismo tem em consideração não só a visibilidade dos diferentes actores políticos e sociais, mas também a forma como são tratados nos media” (2007: 378), assim como engloba a

presença de actores diversificados no plano internacional, já que este estudo realizado em seis países da EU demonstrou ausência de pluralismo em relação às vozes externas.

3. Serviço Público de Televisão e o caso português

De uma base de aceitação generalizada no contexto das sociedades europeias, os serviços públicos de televisão (assim como o de outras áreas de comunicação, como telefones e correios) passaram por uma fase de contestação e turbulência, provocada pelos ventos de privatização e comercialização que agitaram o mundo e sobretudo, o Velho Continente a partir dos anos 80. Entre os princípios básicos que seguia originalmente o SPT encontramos já o da diversidade (programação diversificada), a par com o da universalidade, financiamento público e independência. As mudanças organizacionais, tecnológicas e de ideologia política sobressaltaram a legitimidade do SPT que viveu “uma perda de consenso relativamente aos objectivos para os quais deve apontar a televisão e como deve organizar-se para os alcançar” (Blumler, 1992).

Portugal não escapou à vaga de controvérsia e, em 2002, o então Governo presidido por Durão Barroso avançou com a discussão sobre uma redefinição do modelo de prestação de um serviço público de televisão em Portugal. Seguiu-se um intenso debate, com entendimentos diversos no cimo da mesa e unanimidade na convicção “de que a RTP nem no presente nem no passado (recente, pelo menos) se afirmou como exemplo aceitável de um ‘serviço público de televisão’ global e coerente”, já que “a RTP foi sempre mais uma ‘televisão estatal’ do que uma ‘televisão pública’” (Fidalgo, 2005: 29). A contestação à informação providenciada pelo serviço público era já antiga, já que ainda no início dos anos 90, o presidente da República Mário Soares dirigia uma mensagem à Assembleia da República onde criticava duramente o desempenho da RTP em matéria de pluralismo e independência. Ao longo de toda a sua existência, a RTP sempre esteve envolvida em polémicas relativamente ao serviço prestado, se público, se ao poder político. Sousa e Santos (2005: 76) escrevem que “o poder político nunca abdicou de impor a sua visão de interesse público à RTP e que a estação, independentemente da qualidade dos seus profissionais nas áreas da informação e programação, navegou ao sabor dos desejos da tutela”.

A contestação à existência de um serviço público de televisão não tem estado agora tão presente no debate político, mas existem na sociedade tendências contrárias à sua manutenção ou defensoras de uma mudança a nível do seu funcionamento, afirmando,

por exemplo, que não deve existir um operador público, mas sim concessão de serviço público a operadores privados. Por outro lado, num contexto de mudança estrutural das sociedades europeias, que adquirem cada vez mais uma natureza multicultural, o papel do SPT é continuamente questionado. A sua missão de servir todos é complexificada, à medida que se exige cada vez mais de um serviço, quer em termos de conteúdos, quer em termos de plataformas de oferta. A consciencialização das novas realidades e desafios que se apresentam é, por exemplo, uma necessidade apontada pelo regulador britânico, a Ofcom, que numa declaração de 21 de Janeiro de 2009, fazia recomendações ao operador público no sentido de responder e tirar partido das mudanças enormes trazidas pela era digital .

A crescente digitalização dos média leva inevitavelmente o SPT a olhar para as novas possibilidades de transmissão e o que isso pode significar em termos de interactividade ou oferta de serviços não-lineares. É um novo desafio, já que as pesquisas sobre padrões de ocupação de tempo mostram que não se passa mais tempo nos media que antes, mas que há agora uma distribuição temporal entre os “novos” e os “velhos” media. E não se trata apenas de estudar o que pode o SPT oferecer nas novas plataformas, mas de que forma isso irá afectar a sua já frágil situação financeira, já que as novas realidades mediáticas estão a fragmentar o financiamento, o que poderá acarretar uma perda de qualidade (Picard, 2000).

Assim, numa altura em que a base de legitimação do SPT continua sob escrutínio público e político, é pertinente averiguar das suas condições para cumprir o princípio basilar do pluralismo e da diversidade. Condições que estão incorporadas no contrato de concessão.

4. Olhando sobre a RTP

Definido o quadro conceptual que possibilita uma análise da diversidade no serviço público de televisão em Portugal, podemos agora olhar para os textos legais que balizam esta realidade. O princípio da diversidade/pluralismo está defendido na Lei da Televisão, que afirma, no n.º 2 do artigo 50.º que, “o serviço público de televisão observa os princípios da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade e da indivisibilidade da programação, do pluralismo e do rigor, objectividade e independência da informação, bem como o princípio da inovação”.

Como vemos, o pluralismo (expressão adoptada pelo legislador, mas de uma forma que não o separa conceptualmente da diversidade) é uma obrigação do serviço público. A forma como o operador deve conceber esta realidade está plasmada no contrato de concessão do serviço público de televisão, que discrimina as obrigações a cumprir nessa matéria. No preâmbulo desse documento, pode ler-se que o Protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão, de 10 de Novembro de 1997, salienta que a “radiodifusão de serviço público nos Estados-Membros se encontra directamente associada às necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade, bem como à necessidade de preservar o pluralismo nos meios de comunicação social”. A justificação para a defesa de um serviço público passa ainda pela citação de posições de 1994, 2003 e 2007 do Conselho da Europa.

O documento estabelece ainda que é “função da Televisão de Serviço Público, no respeito pelo pluralismo e pela diversidade dos públicos, proporcionar serviços de programas diferenciados, desde um serviço de programas principal, com uma programação abrangente, passando por um serviço de programas de maior exigência cultural, até serviços de programas internacionais e vocacionados para as Regiões Autónomas, e ainda serviços de programas temáticos”.

Assim, determinadas as condicionantes do operador, falta saber de que forma o texto legal prevê as obrigações de diversidade e pluralismo. Partindo do que ficou estabelecido no quadro teórico e conceptual, podemos construir uma grelha de análise que contemple as dimensões da diversidade e verifique a sua presença no contrato de concessão – para o funcionamento geral do serviço público, e também para os dois serviços (RTP 1 e RTP 2), no que diz respeito à informação e à programação. Assim, trata-se de perceber se existe referência à diversidade nos domínios tradicionais como são o político, o social, o cultural e o religioso, se as matérias das minorias e da distribuição geográfica do país são consideradas e se a natureza do tratamento noticioso é alvo de enquadramento.

O exercício de construção da grelha permite perceber que, garantido o princípio da diversidade/pluralismo, não há um espaço próprio para a exploração das condições de funcionamento a que essa defesa obriga. Esta opção do legislador torna o texto de mais difícil leitura e análise, tornando ainda necessária uma concepção metodológica mais rigorosa para que seja possível destringir se as referências do texto legal são, ou não, relativas à diversidade e pluralismo. Por exemplo, quando aborda o primeiro serviço (RTP1), encontramos muitas obrigações relativas à programação, nomeadamente no que

diz respeito à defesa da criação e língua nacional. O texto é ainda bastante discriminativo quando refere tipos diversos de espectáculos que devem ser difundidos como óperas, concertos, peças teatrais, bailados, etc. Mas devemos encarar estas determinantes como constituintes da diversidade? No nosso entender, não, porque a preocupação do legislador é aqui a defesa de outras realidades, como são a defesa da cultura e a promoção de produções (musicais ou cinematográficas) de portugueses – é a salvaguarda de outros princípios que está aqui em causa, não a diversidade.

Recordando o que estipula McQuail relativamente a este conceito, há que fazer corresponder as diferenças na média a diferenças nas características conhecidas da sociedade. E esta preocupação não está plasmada nestes pontos do texto legal. Assim, seguindo este entendimento, a existência de diferentes programas não esgota o cumprimento legal do princípio da diversidade, embora seja esse o entendimento da ERC que afirma, no relatório de regulação de 2007: “o conceito de diversidade refere-se apenas à variedade de géneros televisivos que incluem a oferta de programas de cada um dos canais generalistas de televisão” (ERC, 2007: 504).

Olhando genericamente para as obrigações do operador público, podemos já tirar algumas conclusões relativamente à observância do princípio do pluralismo e da diversidade. O documento defende uma “programação variada” (tendo em conta os “diferentes públicos”, a “diversidade cultural” e os “interesses das minorias”) e uma “informação plural”. Está ainda estabelecido nos princípios de actuação “a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, designadamente de natureza política, religiosa e cultural”. Não está discriminado se este princípio diz respeito à programação ou à informação, mas tendo em conta que esta formulação transcreve o que está estabelecido na Constituição da República Portuguesa, tradicionalmente entendido como preceitos no que diz respeito à informação, podemos inferir que esta obrigação se inscreve no domínio noticioso.

Estas são formulações genéricas e pouco substanciadas em aprofundamentos conceptuais do que é diversidade e pluralismo, o que pode dar origem a ambiguidades na análise sobre o efectivo cumprimento dos requisitos legais. A não especificidade das atribuições pode consubstanciar uma oportunidade para o operador, no sentido em que não fecha horizontes à sua actuação e não limita as suas possibilidades futuras potenciadas pela inovação, nomeadamente a nível tecnológico. Contudo, tem a grande desvantagem de impor apenas um patamar mínimo, comprometendo pouco o operador no seu cumprimento. De facto, o patamar estabelecido é pouco exigente e facilmente

atingível sem grande investimento na questão. Assim, e por exemplo, o contrato de concessão refere a “informação plural”, mas sem especificar em que matérias a informação o deve ser – quando, em outras áreas de menor relevância, como sejam os géneros musicais que devem constar da grelha de programação, é muito mais preciso.

Por outro lado, a obrigação de informação plural abrange a “cobertura noticiosa dos principais acontecimentos internacionais”, mas não há referência à natureza de cobertura que deve ser efectuada. Equilíbrio na expressão dos vários actores internacionais é também importante, não apenas o dar conta dos acontecimentos. Mas, aliás, não há igualmente grandes obrigações na natureza do tratamento noticioso que deve ser dado aos factos. Não há ainda no contrato de concessão qualquer obrigação no que diz respeito à cobertura noticiosa que deve ser feita em função das diferenças geográficas do País. E esta seria uma preocupação a ter quando, por exemplo, o relatório da regulação de 2007 assinalou que a região da Grande Lisboa é predominante, sendo residual a presença de peças sobre temas ou protagonistas de regiões como o Alentejo e as Regiões Autónomas.

A questão da produção independente não é referida nas obrigações gerais do operador, apenas no que diz respeito ao serviço da RTP2 (que deve reservar 10% da emissão para obras europeias). E não há aqui qualquer referência ao horário de transmissão, sendo que o estudo de La Porte et al. (2007) mostrou que, nas televisões europeias, a produção independente está ausente do *prime time*. Ou seja, a defesa da produção independente como garante de vozes alternativas no espaço público (ver Doyle, 2002, e Medina & Herrero, 2006) não está consagrada em termos de horários de maior audiência e nem sequer no canal de maior audiência.

Por outro lado, há uma clara opção do legislador por seguir o princípio da representatividade – quer seja na política, na religião ou no campo social. É, portanto, uma aceção da diversidade enquanto reflexo quantitativo de uma dada sociedade. Mas, essa opção traz a desvantagem de dar pouco espaço à manifestação das minorias e, sobretudo, das minorias sem representação oficial. É, referem McQuail e van Cuilenburg, uma opção conservadora que pode travar a mudança já que se aos movimentos minoritários for “negado regularmente o acesso simplesmente por causa do seu status de minoria, existirá um preconceito auto-cumprido contra o que é novo ou que desafia a ordem estabelecida” (1983: 152).

Assim, e nosso entender, não há um tratamento compreensivo da diversidade no contrato de concessão. O princípio está previsto, mas de uma forma genérica, pouco

explorada e pouco comprometedora. Aliás, num claro sinal de desvalorização das variadas componentes da diversidade, as matérias sociais, culturais, religiosas e das minorias são relegadas para um segundo serviço que, sabemos, tem muito menor audiência e investimento. Uma posição que contraria as obrigações acrescidas que Portugal assumiu ao ratificar a Convenção sobre a Promoção e a Protecção da Diversidade Cultural. A prioridade é quase e só a política, que é reservada ao primeiro canal, sobretudo no que diz respeito à informação. Assim, podemos perceber que a preocupação com a diversidade no que diz respeito à RTP 1, o canal público de maior audiência, encontra apenas espaço no sector informativo e com maior predominância no que diz respeito à vida política.

Assim, se entende as críticas do regulador relativamente aos serviços noticiosos da RTP. “Não é, contudo, nítida, a existência de uma “marca” diferenciadora do serviço público relativamente aos operadores privados. De facto, como atrás se refere, o mimetismo de agendas entre o serviço público e os operadores privados verifica-se também no mimetismo de ausências, patente, por exemplo, na inexistência, na informação dos três operadores, de cobertura jornalística de temas e protagonistas que traduzam a diversidade cultural do País, nomeadamente, grupos minoritários associados, em especial, à imigração e às comunidades religiosas” (Relatório da Regulação 2007).

5. Notas conclusivas

Este artigo procurou sobretudo averiguar das condições propostas pelos corpos legais para consubstanciar o princípio do pluralismo e da diversidade na prestação de um serviço público de televisão. E algumas das dimensões da diversidade – apontadas pela literatura e investigação académica sobre a matéria – estão deficientemente representadas no texto legal que incorpora as obrigações do operador, nomeadamente em diz respeito à distribuição geográfica, tipo de tratamento noticioso, presença de produtores independentes. Por outro lado, temos por norma formulações genéricas relativamente a estes princípios e uma priorização da diversidade política, em detrimento de outras dimensões como a social, cultural ou religiosa, relegadas para um canal de menor audiência.

Estas reflexões abrem caminho para a necessidade de rever o que se pretende em termos de diversidade e pluralismo no espaço do serviço público. Mesmo no entendimento que se faz da sua operacionalização. La Porte et al. escrevem que a “regulação do pluralismo

entendido exclusivamente como a presença de diferentes actores políticos não é suficiente”, já que “apesar de as televisões cumprirem com o que está estabelecido no que diz respeito à visibilidade dos protagonistas políticos, eles deixam muito a desejar em termos de tratamento e defesa da diversidade cultural” (2007: 396).

Existem neste contrato de concessão alguns pressupostos relativamente à questão da diversidade que precisam de ser repensados. Não porque estejam conceptualmente inadequados, mas porque correspondem a tomadas de posição que, do nosso ponto de vista, não foram discutidas ou pensadas de forma mais profunda. Assim, será preciso repensar a questão da representatividade exigida ao operador, equacionando, antes de qualquer opção, as vantagens e desvantagens de negar acesso à expressão da diferença devido ao seu estatuto de minoria não representativa. Esta opção tem como consequência a reprodução do poder estabelecido e cristaliza no espaço público posições maioritárias que podem não ter em consideração a evolução no tempo das concepções políticas, religiosas, culturais ou sociais dos cidadãos.

Outra questão a reconsiderar diz respeito à obrigatoriedade imposta ao operador em termos de diversidade, sem ter em conta o sistema mediático em que a RTP funciona. A consideração de serviços complementares em termos de diversidade – e não apenas de concorrência – deveria também ser cuidadosamente equacionada antes de qualquer opção. Muitos estudos têm mostrado que a diversidade pode ser analisada a nível do sistema (incluindo operadores privados) e não apenas a nível interno de cada estação. Em matérias menos propensas a fortes investimentos publicitários, por exemplo, a opção de partilhar uma determinada matéria – como, por exemplo, a programação para a infância ou em matérias científicas – pode ser vantajosa.

O contrato de concessão de serviço público prevê ainda a difusão através de novas plataformas tecnológicas, salvaguardando a possibilidade “outras formas de organização ou distribuição de conteúdos audiovisuais, tais como as relativas ao fornecimento de serviços não lineares ou à produção e fornecimento de obras audiovisuais complementares do serviço de televisão”. Esta possibilidade genérica não é concretizada, o que abre os horizontes ao operador público em termos de campo de actuação. Numa altura em que as faixas mais novas divergem dos tradicionais serviços de media, e porque diversidade também se refere à adequação a todas as idades, o SPT terá aqui, por exemplo, uma oportunidade de servir as diversas faixas etárias, explorando as potencialidades da digitalização dos ambientes mediáticos.

Por um lado, e enquanto operador público, a legitimidade da RTP não é um crédito conquistado. Por outro lado, e no que diz respeito ao Estado, “regulação não passa apenas por legislar, controlar, fiscalizar, punir; passa também por mostrar, influenciar, garantir possibilidades de escolha, provar no concreto que há outros caminhos e outras lógicas” (Fidalgo, 2005: 38). Assim, faz sentido que a observância dos princípios do pluralismo e da diversidade pelo operador público seja exemplar. E, nesse domínio, o caminho está ainda longe de ser cumprido.

Referências

Avraham, E. (2002) *Social-political environment, journalism practice and coverage of minorities: the case of the marginal cities in Israel*. Media, Culture and Society, 24: 69-86

Avraham, E. (2003). *Press, Politics, and the Coverage of Minorities in Divided Societies: The Case of Arab Citizens in Israel*. The Harvard International Journal of Press/Politics, 8(4): 7-26.

Blumler, J. (ed.) (1992) *Television and the Public Interest*, London: Sage

Council of Europe (2002). *Media diversity in Europe*. Strasbourg: Media Division

De Bens, E. (2007) *Media between culture and commerce: an introduction*, in De Bens, E. (Ed.) Media Between Culture and Commerce, Bristol and Chicago: Intellect

Doyle, G. (2002). *Media Ownership: Concentration, Convergence and Media Policy*, London: Sage Publications.

Fidalgo, J. (2005). *De que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão?*, in Pinto, M. (Coord.) Televisão e Cidadania – Contributos para o debate sobre o serviço público, Porto: Campo das Letras.

Hellman, H. (2001). *Diversity – an end in itself?: Developing a multi-measure methodology of television programme variety studies*. European Journal of Communication, 16 (2): 181-208.

Hillve, P., Majanen, P. and Rosengren, K. E. (1997) *Aspects of Quality in TV programming: structural diversity compared over time and space*. European Journal of Communication, 12 (3): 291-318

La Porte, T. et al. (2007). *Globalization and Pluralism: The Function of Public Television in the European Audiovisual Market*, International Communication Gazette 69: 377-399.

McQuail, D. (1992). *Media performance: Mass Communication and the Public Interest*, London: Sage Publications.

McQuail, D. e van Cuilenburg, J. (1983). *Diversity as a media policy goal: a strategy for evaluative research and a Netherland Case Study*. International Communication Gazette, 31: 145-162.

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2007). Deliberação 8/PLU-TV/2007, de 4 de Julho

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2008). *Relatório de Regulação – Monitorização da Televisão*, de 26 de Maio

Medina, M. e Herrero, M. (2006). *Concentration and vertical integration in the European Television Production Market*, 6th World Media Economics Conference, HEC Montréal, Canada

Picard, R.G. (2000). Audience fragmentation and structural limits on media innovation and diversity. In J. van Cuilenburg & R. van der Wurff (Eds.), *Media and open societies. Cultural, economic and policy foundations for media openness and diversity in east and west* (pp. 180-191). Spinhuis: Amsterdam.

Raboy, M. (1998). *Public broadcasting and the global Framework of media democratization*. International Communication Gazette, 60 (2): 167-180

Renaud, J. (1993). International Trade in Television Programmes: quotas policies and consumer choice revisited, in Noam, E. and Millonzi, J. (Eds.) *The international market in film and television programmes*. Norwood, NJ: Ablex.

Sousa, H. e Santos, L. (2005). *RTP e serviço público – Um percurso de inultrapassável dependência e contradição*. in Pinto, M. (Coord.) Televisão e Cidadania – Contributos para o debate sobre o serviço público, Porto: Campo das Letras.

Van Cuilenburg, J. (2007) *Media diversity, competition and concentration: concepts and theories*, in De Bens, E. (Ed.) Media Between Culture and Commerce, Bristol and Chicago: Intellect

Van der Wurff, R. (2004) *Supplying and viewing diversity: the role of competition and viewer choice in Dutch broadcasting*, European Journal of Communication, 19(2): 215-237